

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissão
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE**
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2018

Presidência dos Deputados Rogério Correia e João Vítor Xavier

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.117 a 5.119 e 5.121/2018; Requerimentos nºs 10.689 a 10.701/2018 – Comunicações: Comunicação do deputado Tiago Ulisses – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados André Quintão e João Leite; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Encerramento – Ordem do dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Agostinho Patrus Filho – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arnaldo Silva – Braulio Braz – Celise Laviola – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Glaycon Franco – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tiago Ulisses – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Rogério Correia) – Às 14 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Antonio Carlos Arantes, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado João Leite, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães, diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.877/2017, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.887/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.888/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.889/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.890/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.891/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.892/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.893/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.894/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.895/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.896/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.897/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.927/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.931/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.969/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.970/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.971/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.972/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.973/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.974/2017, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.976/2017, da Comissão de Saúde.

Da Sra. Isabella Martins do Carmo, diretora de Relações Institucionais e Comunicação da Superintendência de Coordenação do Relacionamento com Agentes Públicos da Cemig, prestando informações relativas ao Requerimento nº 10.387/2018, da Comissão de Minas e Energia.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.117/2018

Declara patrimônio cultural do Estado o Modo Artesanal de Fazer Pão Cheio do Município de Santa Rita do Sapucaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado patrimônio cultural do Estado o Modo Artesanal de Fazer Pão Cheio do Município de Santa Rita do Sapucaí.

Art. 2º – Cabe ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis para registro do bem cultural de que trata esta lei, nos termos definidos no Decreto nº 42.505, de 15 de abril de 2002.

Sala das Reuniões, 3 de abril de 2018.

Deputado Ulysses Gomes, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PT).

Justificação: O Pão Cheio teria sido introduzido em Santa Rita do Sapucaí por imigrantes oriundos do sul da Itália, de acordo com a tradição oral, confirmada pelo Inventário de Proteção do Acervo Cultural - IPAC, elaborado pela Prefeitura Municipal no ano de 2009 para o exercício de 2010.

Santa Rita foi o destino escolhido por dezenas de famílias italianas - inclusive sulinas, da região da Calábria - durante a substituição do trabalho escravo pelo assalariado no Brasil. A colônia começou a se formar em 1877, com a chegada do calabrés Antonio de Luna, natural da comuna de Diamante, província de Cosenza.

À semelhança da multiplicidade de pães recheados existente na Itália, outros países mediterrâneos e Portugal, há variações da receita do Pão Cheio em Santa Rita. Isso porque o acepipe se popularizou não apenas no seio das famílias de origem italiana, mas também entre os descendentes de portugueses, africanos, libaneses e alemães, sofrendo adaptações conforme o gosto e a influência predominante em cada casa.

Os ingredientes mais comuns ou básicos para o preparo da massa são farinha de trigo, ovos, fermento biológico (em pó ou tabletes), banha de porco (substituída gradativamente por manteiga ou margarina), leite, sal, óleo de soja, açúcar, água, queijo parmesão ralado, gema de ovo e café para pincelar o pão antes de assá-lo.

No recheio, os itens de maior recorrência são a linguiça suína frita (inclusive a calabresa, embora menos utilizada) e o queijo minas (frescal, curado ou meia-cura). É possível encontrar no município, ainda, pães cheios recheados com carne suína moída e cozida, lombo de porco assado, frango refogado ou presunto e queijo muçarela. Usam-se também tomate, cheiro-verde, azeitonas, pimenta-do-reino e escarola.

Integrantes da colônia italiana se tornaram expoentes da culinária local e contribuíram para a disseminação do Pão Cheio na cidade. Todavia, segundo os sociólogos Ramón Villar Paisal e Yago Euzébio Bueno de Paiva Junho, a principal divulgadora da iguaria teria sido uma cozinheira de ascendência africana. Trata-se de Maria Idalina de Jesus, líder negra santa-ritense conhecida como Maria Bonita.

O talento culinário de Maria Bonita, sobretudo na panificação, é analisado em um processo inconcluso de registro de sua trajetória como patrimônio imaterial do município, além de ser tema do quinto capítulo da biografia da cozinheira, *A Rainha Operária e sua Colmeia Negra* (2010), de autoria do jornalista Jonas Costa Silva. O Pão Cheio ocupa lugar de destaque nesse capítulo, intitulado *A Maga dos Fornos e Fogões*.

Outros exemplos da maior projeção conferida ao quitute fora do “Vale da Eletrônica” na década atual estão no livro *Oh Minas Gerais! – Histórias e Receitas da Culinária Mineira*, publicado pela santa-ritense Yvone Rocha Vieira por uma editora carioca, em 2012, e no quadro televisivo *Todo Sabor*, gravado pela Rede Globo em uma das padarias da família Resch, em 2013. Ambos apresentam a origem e a receita do pão.

Mais recentemente, a Lei Municipal nº 5.002, de 18 de abril de 2017, criou o Programa Municipal de Valorização do Pão Cheio e declarou Maria Bonita como sua patrona. A mesma lei inseriu no calendário oficial o Dia Municipal do Pão Cheio, celebrado em 5 de julho, data do nascimento da patrona. A comemoração local coincide com o Dia da Gastronomia Mineira, instituído pela Lei Estadual nº 20.577/2012.

Em 27 de novembro de 2017, por fim, o prefeito de Santa Rita, Jefferson Gonçalves Mendes, homologou o registro definitivo do Modo de Fazer Pão Cheio como patrimônio imaterial do município, por meio do Decreto nº 11.779. O procedimento administrativo de registro provisório fora instaurado no dia 7 do mesmo mês, com a publicação da Portaria nº 4.227/2017, resultando na aprovação unânime do registro definitivo pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural – Compac.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.118/2018

Declara de utilidade pública a Associação Rede Solidária entre Grupos Ambientais, Culturais e Trabalhos Intelectuais – Resgacti –, com sede no Município de Itajubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Rede Solidária entre Grupos Ambientais, Culturais e Trabalhos Intelectuais – Resgacti –, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de março de 2018.

Deputado Ulysses Gomes, Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude (PT).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.119/2018

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alfenas o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Alfenas o imóvel com área de 39.550 m² (trinta e nove mil e quinhentos e cinquenta metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Avenida Alberto Vieira Romão (Furnas), nº 675 - Distrito Industrial de Alfenas, no Município de Alfenas, e registrado sob o nº 14.266, a fls.. 66 do Livro 426 B, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Alfenas.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a instalação da Escola Técnica de Alfenas – ETA.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 5 (cinco) anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de abril de 2018.

Deputado Rogério Correia, 1º-Secretário (PT).

Justificação: O município de Alfenas, localizado na região Sul de Minas Gerais com população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2017 de 79.707 (setenta e nove mil setecentos e sete) habitantes. Possui em sua rede de ensino pública 11 (onze) escolas estaduais e 25 (vinte e cinco) municipais, sendo 12 (doze) destas de educação infantil, 3 (três) fundamental I e II, e as remanescentes de ensino fundamental I, resultando em um somatório de 13.400 (treze mil e quatrocentos) alunos atendidos. A instalação da Escola Técnica de Alfenas – ETA tem como objetivo oferecer cursos técnicos de nível médio concomitantes ou subsequente, para aqueles que já concluíram o ensino fundamental e tenha concluído ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do ensino médio. Os cursos serão convenientes à realidade e necessidade do município e região com fim de profissionalizar os estudantes para maior perceptiva e qualidade de vida, gerar empregos e estimular a circulação de bens.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.121/2018

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Barroão, com sede no Município de Chapada Gaúcha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Barroão, com sede no Município de Chapada Gaúcha.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de abril de 2018.

Deputado Rogério Correia, 1º-Secretário (PT).

Justificação: A Associação Comunitária de Barroão, pessoa jurídica de direito privado, com duração indeterminada e sem fins lucrativos tem como sede a cidade de Chapada Gaúcha, e como finalidade: prestação de quaisquer serviços que possa contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e da defesa das atividades econômicas, sociais e culturais, inclusive mediante a contratação de financiamentos rurais com instituições públicas e privadas. O processo objetivando a Utilidade Pública, encontra-se legalmente amparado, estando obedecidas as exigências contidas na Lei 12.972 de 27/07/1998.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 10.689/2018, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado à Autopista Fernão Dias em Pouso Alegre e à Unidade Regional da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – em Minas Gerais pedido de providências para a implementação de um trevo de acesso ao Distrito de São Sebastião da Estrela, na altura do Km 662 da Rodovia BR-381, no Município de Santo Antônio do Amparo. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.690/2018, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – pedido de providências para a instalação de banca examinadora dos exames especiais, em caráter permanente, o mais breve possível, na 9ª Região Integrada de Segurança Pública – Risp – em Uberlândia. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.691/2018, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para a instalação de sinalização adequada e de um radar para controle de velocidade entre o Km 176 e o Km 178 da Rodovia MG-129, que liga Ouro Branco a Ouro Preto. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.692/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à prefeitura de Juiz de Fora pedido de informações sobre a construção do parque fabril da M. Dias Branco, em Juiz de Fora, especificando se o município tem conhecimento do motivo pelo qual as obras de construção da fábrica ainda não foram iniciadas.

Nº 10.693/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja construída infraestrutura viária de ligação e acesso para a expansão do Distrito Industrial do Município de Montes Claros.

Nº 10.694/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais pedido de providências para que solicite às respectivas concessionárias, no âmbito do Comitê Temático de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado, a instalação da infraestrutura necessária para o Município de Montes Claros.

Nº 10.695/2018, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para melhorias na sinalização e na conservação da Rodovia BR-267, no trecho que liga o Município de Juiz de Fora ao Município de Bicas. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 10.696/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona pela operação realizada em 13/4/2018, em Salinas, que resultou na prisão de dois indivíduos suspeitos da autoria do crime de roubo à agência local dos Correios e na apreensão de cerca de R\$10.000,00, um revólver calibre 32 com duas munições intactas, uma motocicleta e um telefone celular. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.697/2018, do deputado Ricardo Faria, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a inclusão do Município de Contagem no programa Mais Segurança, com a instalação de Bases de Segurança Comunitária – BSC –, implantadas na capital com grandes resultados na redução da violência e melhoria significativa nos índices de segurança pública. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.698/2018, do deputado Ricardo Faria, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Gustavo Arrais, secretário de Estado de Turismo, por sua eleição como presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo Estaduais – Fornatur – e da Câmara Temática de Regionalização de Turismo, do Conselho Nacional de Turismo. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 10.699/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a edição de decreto tendo como objetivo a instituição da Carteira de Identificação do Autista no âmbito do Estado. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 10.700/2018, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 2º Batalhão de Policiamento Especializado da Polícia Militar e no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/4/2018, em Contagem, que resultou na prisão de uma pessoa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 10.701/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento do Sr. Realino Rodrigues de Oliveira. (– À Comissão do Trabalho.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Tiago Ulisses.

Oradores Inscritos

– O deputado André Quintão profere discurso, que será publicado em outra edição.

O presidente (deputado João Vítor Xavier) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado João Leite.

– O deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questões de Ordem

O presidente (deputado Rogério Correia) – Com a palavra, pela ordem, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Gostaria de pedir o encerramento da reunião, pois vemos que não há deputados em Plenário...

O deputado Sargento Rodrigues – Há uma ordem de oradores inscritos. De novo, não! A mesma coisa, não! Há uma ordem de inscritos.

O deputado Doutor Jean Freire – É regimental, presidente. Por sinal, na semana passada, quando estava na minha vez, o deputado Sargento Rodrigues pediu o encerramento. É regimental, presidente.

O deputado Sargento Rodrigues – Tem uma ordem aí.

O presidente – Se V. Exa. quer a recomposição de quórum, a presidência pedirá ao secretário para fazê-la.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, não é possível. Não é possível a safadeza, a pilantragem, a irresponsabilidade do deputado que preside a reunião. Essa corja do PT não quer ouvir a oposição. Tenta nos calar. Foi por isso que ontem o chamei de irresponsável. Tem uma ordem a ser seguida. A ordem cronológica tem que ser seguida. V. Exa. está presidindo. Como membro da Mesa, V. Exa. não é deputado do PT, mas 1º-secretário. Tenha responsabilidade, pelo menos uma vez.

O deputado Doutor Jean Freire – É regimental. Estou tentando falar há uma semana e o próprio deputado Sargento Rodrigues pediu o encerramento na semana passada...

O deputado Sargento Rodrigues – V. Exa. também está pedindo isso. Ontem, foi o deputado Celinho do Sinttrocel; hoje, V. Exa.. Que respeito eu tinha por V. Exa., hein, Doutor Jean Freire? Que molecagem!

O deputado Doutor Jean Freire – Eu o respeito. E V. Exa., na semana passada, pediu o encerramento da reunião na minha hora de falar.

O deputado Sargento Rodrigues – É molecagem! O PT não quer ouvir.

O presidente – Por favor, deputado Sargento Rodrigues. Por favor...

O deputado Sargento Rodrigues – Vai ter que me calar, então, deputado. Vai ter que encerrar a reunião. Pode encerrar a reunião. Eu cansei de ajudá-lo, na oposição, quando eu era da base de governo. Cansei de aprovar os seus requerimentos. E é isso o que V. Exa. faz agora?

O presidente – Por favor, deputado.

O deputado Doutor Jean Freire – Presidente, é regimental, e peço para encerrar a reunião.

O presidente – Deputados Sargento Rodrigues e Doutor Jean Freire, por favor. O Regimento Interno é claro; se há...

O deputado Doutor Jean Freire – Na semana passada, V. Exa. pediu o encerramento na minha hora de falar. Não vou entrar em detalhes porque não vou me rebaixar...

O presidente – Por favor, deputado Doutor Jean Freire e Sargento Rodrigues. A presidência vai encaminhar... O Regimento Interno...

O deputado Sargento Rodrigues – O Regimento Interno manda chamar os oradores inscritos. Você não tem de passar a palavra para outro deputado, porque ele não está inscrito. Dê uma olhada lá e veja quem é o próximo orador inscrito.

O presidente – Deputado Sargento Rodrigues, é regimental. O deputado Doutor Jean Freire solicitou...

O deputado Sargento Rodrigues – Não é regimental. V. Exa. tem de passar a palavra para o próximo orador depois do deputado João Leite. Não é regimental.

O presidente – Deputado Sargento Rodrigues, a Mesa vai conduzir os trabalhos. O deputado Doutor Jean Freire solicitou o encerramento da reunião por falta de quórum. O Regimento Interno é bastante claro...

O deputado Sargento Rodrigues – Haverá outros dias. Aqui, precisa-se de um deputado num dia e, no outro, é o inverso. Teremos outros dias. Tem pauta pela frente. Daremos o troco. Pode ficar tranquilo: daremos o troco aqui; aqui, com esse mesmo expediente sórdido que V. Exa. e o Doutor Jean Freire estão usando.

O presidente – Por favor, deputado. Para que o telespectador da TV Assembleia entenda, o Regimento Interno é bastante claro: se um deputado pede verificação de quórum ou se pede o encerramento da reunião por falta de quórum, em qualquer etapa da reunião, a recomposição de quórum terá de ser feita, caso tenha sido solicitada. Por isso, é que a presidência atende ao que determina o Regimento Interno, que V. Exa. conhece muito bem.

O deputado Sargento Rodrigues – Não, V. Exa. vai fazer a verificação do quórum.

O presidente – Se V. Exa. pediu a verificação, a Mesa poderá fazê-la, e a fará, a seu pedido. Então, solicito ao deputado...

O deputado Sargento Rodrigues – Mais uma manobra sórdida sua e do deputado Doutor Jean Freire.

O presidente – Por favor, deputado Sargento Rodrigues, estou caminhando como manda o Regimento Interno, com toda a base. Se V. Exa. está pedindo a recomposição, vou atendê-lo.

O deputado Sargento Rodrigues – Se V. Exa. está falando manso é porque atende à manobra sórdida de V. Exa. e do Doutor Jean Freire.

O presidente – Vou pedir ao deputado João Vítor Xavier...

O deputado Doutor Jean Freire – Deputado, Rogério, gostaria somente de fazer uma observação. Na semana passada, quando o deputado Sargento Rodrigues disse isso, eu não o chamei de moleque. Tenho o direito, é regimental e gostaria que se fizesse isso.

O presidente – É regimental. Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado João Vítor Xavier) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada cinco deputados. Portanto, não há quórum para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 24, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 24/4/2018.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/4/2018

Às 11h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Antônio Jorge (substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.728/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária, para instauração imediata de inquérito policial com a finalidade de apurar um possível direcionamento no credenciamento e na contratação de empresas para vistoria de veículos, empresas operadoras de tecnologia da informação e empresas de controle de qualidade especializado, para operação de vistorias de identificação veicular no Estado, com possível vazamento de informações do Decreto nº 47.368, de 6/2/2018, do governador do Estado;

nº 11.729/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária, para instauração imediata de procedimento investigativo, presidido pelo promotor de justiça Leonardo Duque Barbabela, com a finalidade de apurar um possível direcionamento no credenciamento e na contratação de empresas para vistoria de veículos, empresas operadoras de

tecnologia da informação e empresas de controle de qualidade especializado, para operação de vistorias de identificação veicular no Estado, com possível vazamento de informações do Decreto nº 47.368, de 6/2/2018, do governador do Estado;

nº 11.734/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar a transferência do Cb. PM Felipe Alves dos Santos, nº 149.532-4, ao Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas – Batalhão Rotam – ou ao Batalhão de Polícia de Choque – BPCq –, considerando suas habilidades e interesse em compor as fileiras das respectivas unidades;

nº 11.740/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações sobre as respostas aos questionamentos realizados pela Corregedoria da Polícia Civil, por meio do Ofício nº 46.170/Asjur/247.286, haja vista que, até a presente data, não foram realizados os devidos esclarecimentos;

nº 11.741/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Coordenação de Administração de Trânsito do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações sobre as respostas aos questionamentos realizados pelo Ministério Público de Minas Gerais, por meio do Ofício nº 024/2018/11PJ da 11ª Promotoria de Justiça de Combate ao Crime Organizado, haja vista que, até a presente data, não foram realizados os devidos esclarecimentos;

nº 11.742/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao procurador-geral do Ministério Público de Minas Gerais pedido de informações sobre o andamento das investigações da Notícia de Fato nº 0024.18.004183-2, que tramita na 12ª e na 17ª Promotorias de Justiça, Promotorias Especializadas do Juízo Criminal e do Patrimônio Público, respectivamente;

nº 11.761/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Administração Prisional – Seap – pedido de providências para reavaliar a determinação da ordem de fechamento da cadeia pública do Município de Coração de Jesus;

nº 11.762/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Administração Prisional pedido de informações sobre os motivos que levaram à determinação, pelo governo do Estado, do fechamento da cadeia pública do Município de Coração de Jesus;

nº 11.763/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a manutenção da Companhia da Polícia Militar localizada no Bairro Major Prates, no Município de Montes Claros, tendo em vista as informações de que a referida unidade da instituição será extinta;

nº 11.764/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao corregedor da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a tramitação de processo administrativo disciplinar e inquérito policial militar instaurados em desfavor do Maj. PM Alexander Dias Martins, preso durante operação denominada Camaleão por suspeita de participação em organização dedicada à exploração de jogos de azar (jogo do bicho e caça-níqueis);

nº 11.767/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater acerca da carga horária dos policiais militares do Estado, especialmente aqueles que desempenham suas funções na área do 11º Batalhão da Polícia Militar, considerando a edição do Memorando nº 3.002, de 26/1/2018, editado pelo Ten.-Cel. PM Sérgio Renato da Silva, que impõe uma carga de trabalho que não respeita as 12 horas de descanso para que o policial militar se recomponha organicamente bem como contraria as resoluções do Comando-Geral da PMMG e a Lei Complementar nº 127, de 2013;

nº 11.768/2018, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a participação dos Conseps na promoção da segurança pública do Estado, principalmente seu esforço na arrecadação de recursos para a aquisição de material de escritório e de limpeza e manutenção de viaturas das unidades das Polícias Civil e Militar, bem como para discutir os recursos de investimento e custeio destinados pelo governo do Estado às forças de segurança pública de Minas;

nº 11.770/2018, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja encaminhado à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária, para instauração imediata de inquérito policial com a finalidade de apurar um possível direcionamento no credenciamento e na contratação de empresas para vistoria de veículos, empresas operadoras de tecnologia da informação e empresas de controle de qualidade especializado, para operação de vistorias de identificação veicular no Estado, com possível vazamento de informações do Decreto nº 47.368, de 6/2/2018, do governador do Estado;

nº 11.771/2018, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas a restabelecer imediatamente o policiamento da Polícia Militar no Distrito de Conceição de Ibitipoca, localizado no Município de Lima Duarte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Arnaldo Silva, Leandro Genaro, Nozinho e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 23/4/2018, às 9h30min, à Praça Rio Branco e imediações do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro –Tergip –, em Belo Horizonte, com a finalidade de conhecer as condições de mobilidade e acessibilidade oferecidas à pessoa com deficiência.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2018.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 23/4/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, ouvir o Cel. BM Marcus José Tibúrcio Lima, corregedor do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, e o Capitão BM Luiz Frederico Barreto Pascoal, tendo em vista a instauração de inquérito policial militar em face do 2º Sgt. BM Alexandre Rodrigues, por participar de reunião como cidadão e presidente da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais – Ascobom –, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/4/2018, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 20 de abril de 2018.

Cristiano Silveira, presidente.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

– O presidente despachou, em 19/4/2018, a seguinte comunicação:

Do deputado Tiago Ulisses em que notifica o falecimento de José das Dores Soares, ocorrido em 18/4/2018, em Porto Firme. (– Ciente. Oficie-se.)

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/4/2018**

O deputado João Magalhães* – Obrigado, presidente. Gostaria de fazer um agradecimento ao governador Fernando Pimentel, que, na última semana, por meio das entregas do governo do Estado, possibilitou para 10 municípios da minha região novos veículos na área da saúde e da educação, modernizando a frota do município. Fica meu agradecimento em nome de 10 municípios do Leste mineiro. Obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas e telespectadores da TV Assembleia, venho aqui provocar uma reflexão: estouros de caixas eletrônicos do Sicoob, Banco do Brasil e Caixa Econômica e roubos aos Correios viraram moda aqui, em Minas Gerais. Hoje os bandidos estão à vontade, agem da forma que bem querem e poucas vezes são enfrentados e levam desvantagens. Isso virou uma realidade cruel em Minas Gerais, levando muitas cidades ao empobrecimento. Eles focam em uma cidade pequena, como a minha querida Jacuí, Bom Jesus da Penha, São Pedro da União, Juruaia, Nova Resende e tantas outras cidades pequenas da região, que já tiveram caixas estourados. Dificilmente haverá uma cidade que não foi invadida por esses bandidos que estouram caixas eletrônicos e assaltam bancos.

Eu não vejo uma ação concreta, forte, do governo para coibir esses crimes. Não vejo! E o pior é que, quando isso acontece, o banco praticamente lava as mãos, não toma providência, principalmente quando se trata do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e dos Correios. O Estado alega o seguinte: como o banco é federal, deveria haver uma investigação do governo federal. Para a recuperação do banco, seguindo a lei, é preciso fazer uma licitação. E aí vocês sabem como é complicado e como demora muito tempo. Então há cidades que ficam sem banco durante 8 meses, 10 meses, 1 ano, e o município perde a movimentação financeira.

O aposentado tem de ir receber em outra cidade e, muitas vezes, gasta o seu dinheiro com transporte e acaba fazendo suas compras ali, deixando a sua pequena cidade sem movimentação financeira. Isso sem contar a movimentação dos produtores rurais e do comércio, que fica muito prejudicada. Aliás, em muitas cidades o comércio está fechando as portas em função da falta de dinheiro e da falta de ação do poder público.

Pois bem, agora isso aconteceu em Passos, a maior e mais importante cidade da região, com mais de 100 mil habitantes. Aproveito para cumprimentar a Polícia Militar, que enfrentou bandidos fortemente armados. Embora no momento não tenha tido sucesso – parece que levaram muito dinheiro do banco e fizeram um estrago muito grande –, posteriormente, com as investigações, a polícia chegou à cidade de Hortolândia, em São Paulo, onde prendeu vários bandidos. Primeiro, temos de reverenciar, mesmo, a ação de investigação e de bravura das Polícias Civil e Militar, dando uma resposta ao povo de Passos e da região. Isso está certíssimo, e Passos merece. O que Passos não merece é esse tipo de invasão de bandidos, que coloca muitas vidas em risco.

Mas a reflexão que quero fazer com vocês é que, nas cidades pequenininhas, não se pôde fazer a investigação sob o argumento de que nelas a responsabilidade é da Polícia Federal. Não estou querendo incriminar a Polícia Civil da região. Pelo contrário, o Dr. Bráulio é uma pessoa excelente, que faz o que pode com sua pequena equipe de delegados e investigadores. Também não quero incriminar o Cel. Frederico; o Adriângelo, na minha cidade; ou o Marcellus, em Passos – são pessoas de altíssimo nível, que merecem o nosso respeito. Mas quero saber por que não precisam se preocupar com a investigação nas cidades pequenas, alegando que aí a questão está nas mãos da Polícia Federal e não do Estado. Gente, tem coisa aí. Na verdade, o governo do Estado não está preocupado com os municípios pequenos. No caso de Passos, tinham que fazer o que fizeram, em termos de reação da polícia, porque a cidade de Passos é muito expressiva, e a falta de ação poderia gerar um desconforto maior para o Estado. Mas o que queremos é que as Polícias Civil e Militar de Minas Gerais tenham a mesma preocupação com as cidades pequenas. Essa é nossa reflexão.

Agora, deputado Sargento Rodrigues, você deve se lembrar bem do que aconteceu em Campo do Meio, quando ali chegaram os sem-terra, essa cambada de bandidos que invade as nossas terras. Fui até lá e andei pela fazenda. Sabe de onde eram as placas dos carros dos invasores? Diga-se de passagem, carrões: caminhonetes, Citroën, Mitsubishi, Corolla. Sabe de onde eram as placas? De Hortolândia, em São Paulo, pertinho de Campinas. E onde foram presos os bandidos que roubaram e fizeram um terror em Passos? Em Hortolândia. Será que no MST, no meio daquela fazenda, não estaria a célula para o roubo dos bancos da região, inclusive em Campo do Meio e em Campos Gerais? O deputado Cássio Soares, que é muito bem votado naquela região, deve se lembrar das cenas cinematográficas, quando, sob o sol quente, bandidos de caminhonete fizeram reféns e saíram roubando bancos, deixando a população apavorada.

Aí é que você começa a ligar: as placas dos carros do pessoal do MST são de Hortolândia. Eles estão lá. Hortolândia é onde foi presa esta quadrilha. No meu entendimento, aí tem coisa. No meu entendimento, dentro desses movimentos de sem-terra está infiltrada uma cambada de bandidos que, inclusive, deve estar envolvida nesses grandes roubos. Essa é a minha conclusão.

Quero pedir que a Polícia Federal veja quem são os trabalhadores. Fiquei lá durante 6 horas, andando no meio deles, e só vi um trabalhando, só um. Mais de 600 pessoas ocuparam e não fazem nada, usam a terra para exploração imobiliária. Ninguém quer trabalhar coisíssima nenhuma. Então, João Leite, há placa para todo lado, no meio do pessoal sem-terra, em Campo do Meio. Hortolândia, em São Paulo, é onde foram presos os bandidos. Campo do Meio é fácil, são praticamente 100km por dentro. Aí tem coisa. No nosso entendimento, não são simplesmente os caras que invadiram a terra, há coisas muito mais pesadas por trás de tudo isso.

O deputado Cássio Soares (em aparte)* – Muito obrigado, caro colega, deputado Antonio Carlos Arantes. Parabéns pelo pronunciamento em defesa da segurança pública do nosso estado.

Sr. Presidente, nobres colegas, quero, dentro do que está sendo tratado e dito, reforçar e parabenizar, de forma muito veemente, a ação da Polícia Civil da nossa cidade de Passos e do Estado de Minas Gerais em parceria com a Polícia Civil de São Paulo, que conseguiu desvendar os momentos de terror que a nossa querida cidade de Passos passou na semana passada. Menos de uma semana depois, a Polícia Civil conseguiu identificar essa organização criminosa do Estado de São Paulo, que estava atuando no nosso Estado de Minas Gerais, mostrando que o serviço de inteligência é um serviço extremamente eficiente. Por isso, precisamos ter

uma Polícia Militar forte e também uma Polícia Civil fortalecida, com mecanismos adequados para fazer a investigação e o serviço de inteligência.

Cumprimento o delegado regional Marcos Pimenta, e, na sua pessoa, quero cumprimentar todos os policiais civis que participaram dessa investigação extremamente eficiente, com a prisão, até agora, de seis integrantes de uma quadrilha que aterrorizou não só a nossa cidade, mas todo o Estado de Minas Gerais. Agradeço e devolvo o aparte.

O deputado João Leite (em aparte) – Muito obrigado, deputado Arantes, que tem um papel fundamental no Parlamento mineiro. O deputado levanta questões importantes, como a questão da violência em Minas Gerais, que este governo, o governo da propaganda, teima em dizer que não existe. Estamos vendo a violência do nosso estado, que está aterrorizando as pessoas.

V. Exa. é hoje um grande defensor de algo fundamental para a nossa civilização: o direito à propriedade. Talvez, a deputada Erika Kokay, que deve se chamar hoje Erika Lula Kokay, não tenha a dimensão da contribuição que deu, quando fez a declaração de que o PT defendia o fim da propriedade. Com o fim da propriedade, como disse ela, acaba-se com a família. E, acabando-se com a família, poderia haver o incesto, a quebra desse tabu. Então, é avacalhado geral.

Queria parabenizá-lo, porque, ao defender a propriedade no campo, ao defender a propriedade na cidade, estamos defendendo a família, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a nossa Constituição dizem precisar de proteção especial do Estado. Parabéns, deputado Arantes. Conte comigo nessa luta. Vamos defender a propriedade. Defendendo a propriedade, defenderemos que não exista no Brasil o que aconteceu com o nazismo, que tirou os judeus das suas propriedades, extinguindo a família judaica, porque a mãe foi para um campo de concentração, o pai para outro e a criança para outro. Não permitiremos que isso aconteça no Brasil e contamos com a sua coragem e com o seu trabalho. Parabéns, deputado.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Muito obrigado, deputado João Leite.

Mas voltemos, agora, para o Banco do Brasil em Passos. Será um ano para recuperar o banco, para fazer toda a sua reforma. Acho que tem que ser feita rapidamente, correndo, porque é uma cidade que movimenta o dinheiro dos produtores da região, do comércio, dos aposentados, e é fundamental ser acelerada a recuperação.

Mas aonde quero chegar também? Será que eles vão ter a mesma posição? “Agora tem que haver licitação.” Se tiver que haver, como eles dizem, vai levar quase um ano para voltar a funcionar o banco de Passos. Mas, se fizerem rapidamente, como queremos, e acho que tem que ser feito, espero que façam também dos outros bancos, que estão estourados há muito tempo. Há banco que já faz um ano que está parado, e sem ação do governo federal, do Banco do Brasil e da Caixa. Sempre digo que tenho uma desconfiança séria de que, quando estouram um banco numa cidade pequena, na capital, o Banco do Brasil e a Caixa, provavelmente, em vez de ficarem tristes, soltam foguete, porque é menos um banco com que se preocuparem. Porque hoje o banco tem que estar ali dando atenção às pessoas mais simples – os aposentados, os pequenos produtores. Aquele produtor maior, que tem seu escritório para fazer a administração, aquele comerciante hoje que usa a internet, algo que não dá para fazer pela internet, ele vai à cidade vizinha, ele é um cliente especial. Mas esse cliente pequeno, pobre, trabalhador, aposentado, fica às margens e excluído, e ainda tem que gastar dinheiro com táxi. Muitas vezes ele vai para uma cidade maior e tem os seus problemas na hora de se locomover. Na hora de gastar, muitas vezes não tem a dimensão de quanto aquilo custa, e acabam ficando sem o seu dinheiro, que já é minguado.

Então essa é a minha preocupação; que os bancos repensem a forma de agir, e que também as Polícias Civil e Militar tenham tratamento especial, animado, forte, decisivo nos roubos das cidades pequenas, onde o povo está refém também. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, nobres colegas, público que nos acompanha nas galerias e pela TV Assembleia, quero aqui falar que, com muito orgulho, fiz a alteração do meu nome no painel, junto com os companheiros da bancada do PT. Nós, da bancada do PT na Assembleia de Minas, não temos vergonha de utilizar o nome do companheiro Lula. Nós, da

bancada do PT na Assembleia, não temos vergonha do companheiro Lula, porque sabemos o que o companheiro Lula significa para a história política do nosso país, sabemos o que companheiro Lula significa para a democracia do nosso país. Não temos vergonha do companheiro Lula.

O companheiro Lula foi preso por perseguição política, o presidente Lula é um preso político, e que nenhum brasileiro tenha dúvida disso. Qualquer brasileiro, com um pouquinho de atenção, para além dos rasos compartilhamentos em rede social, no Instagram, no WhatsApp, com um pouquinho de curiosidade, se pesquisar o que os grandes juristas do nosso país e do exterior falam do processo do presidente Lula, verão uma grande perseguição. Um processo eivado de vícios, de erros, desde a sua condução coercitiva, passando por uma presidente da República grampeada, e com vazamento de grampos, o que não é permitido pelas regras e pela lei do nosso país.

Vimos procuradores e juízes movidos por um sentimento extremamente político, e condenando o presidente Lula sem provas. Não há um recibo, não há um contrato, não há uma escritura. Não há uma gravação, como tem de Michel Temer; não há uma gravação, como tem de Aécio Neves. Por falar em Aécio Neves, o seu caso será analisado pelo Supremo. Muito diferente disso, não há prova de que o presidente Lula tenha sido beneficiado, como forma de propina, com o chamado triplex.

E digo mais, viu, presidente? Diferentemente das outras circunstâncias que vimos, ao acusar o presidente Lula, Léo Pinheiro, da OAS, de frente para o juiz Moro, era questionado: “Mas o senhor tem as provas de que Lula é o beneficiário dessa propina?” – que seria o triplex –, e ele respondeu: “Não. Não tenho. Por recomendação do próprio Lula eu tive que destruir as provas”. Engraçado o Léo Pinheiro ter destruído as provas contra o Lula, por recomendação dele, e não o fazer com as provas contra si mesmo, né? Ele deixou que as provas ali estivessem.

Então, resta a palavra do acusador, que tentou delação premiada, contra a palavra do presidente. E sem mais. Sem testemunha, sem gravação, sem documento. Até então, eu entendia que, no Brasil – escutava isso desde criança – se dizia o seguinte: “Para você ter um imóvel, tem de registrá-lo. Porque quem não registra não é dono”. É a primeira vez que vejo alguém ser dono de um imóvel sem ter registro.

O teste de ontem feito pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto foi importante. Eles diziam: “Então, se o imóvel é do ex-presidente Lula, vamos ocupá-lo”. E quem determinou que eles tivessem de ser retirados? Quem determinou, já que o imóvel pertence ao Lula, segundo o juiz Sérgio Moro e a 4ª Turma do Tribunal Federal de Porto Alegre? Esse é o grande imbróglio. Mas não foi a primeira vez que a Justiça – o juiz Moro e a 4ª Turma – teve de se defrontar com um imbróglio. Há um imbróglio ainda mais complexo, Dr. Wilson, que ocorreu quando esse mesmo imóvel foi dado como garantia de um empreendimento, caso não conseguisse honrar os seus compromissos – a OAS junto com o empreendimento. A juíza, então, no Distrito Federal, diz o seguinte: “Se vocês não têm o dinheiro para pagar o que devem ao empreendimento, faremos aqui um arresto de todos os seus bens”. O que estava arrolado como bem da OAS? O triplex. E a juíza determinou que esse triplex fosse confiscado também, como forma de garantia. O Moro depois que condenou o Lula, ficou constrangido e falou: “Mas, espere aí. Tem de puxar o triplex para cá de volta, senão, não tenho do que acusar o ex-presidente Lula”.

Estamos vendo as grandes lideranças mundiais: Manuel Zelaya, José Sócrates – ex-presidente de Portugal –, Cristina Kirchner, grandes lideranças políticas do nosso mundo, todas solidárias à perseguição política que o presidente Lula enfrenta.

Presidente, quero lhe dizer que não temos vergonha de colocar em nosso nome o nome de Lula. Pelo contrário, temos orgulho porque sabemos que estamos do lado certo da história. Gostaria que aqueles que nos criticam aqui e que trazem questões de ordem e questionamentos à Mesa, que são da base do ex-governador, o senador Aécio Neves, em solidariedade a ele e por acreditarem nele, pudessem colocar em seu sobrenome Aécio Neves. Gostaria que colocassem o nome de Aécio Neves no painel em solidariedade porque acreditam nele. Porque nós acreditamos em Lula, nós defendemos o Lula, nós estamos do lado certo da história. Se dizem que

pouco mais de 50% do povo acha que tem de ter prisão em segunda instância, 56% do povo também acredita que Lula sofre uma grande perseguição e que se trata de um julgamento político.

A mesma pesquisa aponta que o povo brasileiro sabe que Lula sofre uma perseguição política jamais vista na história do nosso país. É inocência nossa achar que vimos uma democracia de verdade, que tínhamos uma democracia consolidada. Que inocência, que ingenuidade! O que estamos vendo entra para a história, como ocorreu com Juscelino, com Getúlio Vargas e não foi diferente com Jango. E Lula entrará para a história pela porta da frente como grande preso político, um dos maiores presidentes da história deste país.

Poderia dizer que defendo Lula pela sua obra, mas, na verdade, defendo-o pela Constituição Brasileira, na análise jurídica, na análise dos fatos, do que significa esse processo. Lula até poderia não ter sido um grande presidente, mas merecia o tratamento devido como previsto em nossa Constituição. Ainda assim, não posso deixar de dizer do orgulho que temos da sua obra. São 30 milhões que saíram do mapa da fome. E não é o PT que está dizendo isso, mas a ONU. Herança do PSDB, com Fernando Henrique Cardoso: essa é a herança.

Poderia dizer das milhares de casas do Minha Casa, Minha Vida, do Mais Médicos, do Farmácia Popular, da rede Samu, das UPAs. Poderia continuar falando dos meninos que tiveram o direito de poder sentar em um banco de faculdade, onde só elite sentava.

Sou de São João del-Rei, onde temos uma universidade federal. Em 1998, quando passei no vestibular, os nossos nomes eram falados no rádio. Parecia que tínhamos ganhado na loteria, de tão difícil que era passar e ter uma vaga. Estudar numa faculdade parecia um fenômeno, o grande fato da cidade. Todos nos cumprimentavam nas ruas, pois era o grande evento passar no vestibular para poder cursar uma faculdade.

O presidente Lula construiu 10 universidades, sem contar com a ampliação. Falo que ele fez 10 universidades, mas tenho que contar que a Universidade Federal de São João del-Rei, no governo do presidente Lula, tem câmpus em Divinópolis, em Sete Lagoas e em Ouro Branco. Foi uma grande expansão de vagas das universidades.

E não para por aí: se fez no ensino superior, também fez na escola técnica, que foi abandonada pelo Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB. Fizemos o maior número de escolas técnicas desde que o Brasil foi descoberto. Falo também da educação infantil: fomos nós que criamos o programa Proinfância. Prefeitos que estão me ouvindo sabem o que é o Proinfância. Foram mais de 3 mil unidades construídas, porque o direito à escola, desde os primeiros anos de vida, não pode ser só para os filhos da elite, tem de ser para os filhos dos pobres. É isso o que significa o legado do ex-presidente Lula.

Dizem que o PT causou uma grave crise no Brasil, que o PT quebrou o País. Que bobagem! Nós que acertamos a dívida de Fernando Henrique com o FMI – nós nos tornamos credores desse fundo; nós que restabelecemos o dólar a patamar civilizado; nós que baixamos as taxas de juros e trouxemos para baixo o chamado risco Brasil; nós que colocamos este país como a quinta economia; nós que fizemos com que o Brasil formasse um novo bloco econômico, o Brics, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Que bobagem dizer que o PT quebrou o Brasil! Vou dizer a vocês quem quebrou este país: quem não permitiu que a presidenta Dilma governasse. Foi o consórcio de Aécio Neves com o Eduardo Cunha, com o Michel Temer, com o Romero Jucá e com essa turma toda, que não permitiu que nada, que nenhuma medida da ex-presidenta Dilma fosse votada e que colocássemos o Brasil no caminho certo. O golpe começou lá atrás, com a inviabilidade do governo. Essa é a turma.

O brasileiro tem de entender. Temos dois polos, os daqueles que, durante 12 anos, trabalharam, lutaram pelo trabalhador. O trabalhador sabe, desde a senhorinha que recebe o Bolsa Família para cuidar de seus meninos; desde o trabalhador assalariado, que sabe que, nos governos do PT, teve ganho real do salário mínimo acima da inflação, sabe que controlamos a economia. E você, que tem lembrança de como foi o antes do nosso governo, sabe comparar com o que está hoje?

Eles dizem o seguinte – vamos lembrar, e faz pouco tempo isso: “Precisamos tirar o PT para o Brasil voltar a crescer”. A expectativa de crescimento? Pífia, raquítica, horrorosa de 0,4%, e PIB cresceu 0,2%. Frustrou uma expectativa mixuruca. Lembro que, na época em que o PIB crescia com a Dilma – e crescia pouco –, eles falavam que era pibinho. Quando ele quase não cresce com eles, dizem: “O Brasil está retomando a economia”. É um absurdo! “Tire o PT, que a economia vai se restabelecer”. Mentira, a economia está em frangalhos, está destruída. “Tire o PT, que vamos voltar a gerar emprego”. Eram em torno de 4 milhões de desempregados, hoje já são 13 milhões de desempregados e 22 milhões de subempregados. Vinte e dois milhões de subempregados! “Vamos tirar o PT, que acaba a corrupção.” Aí o bicho pegou, e pegou de vez; aí era apartamento com mais de R\$50.000.000,00 de Geddel Vieira; Romero Jucá falando em gravação do grande acordo nacional, do grande pacto nacional. Vejam que absurdo! Aécio Neves na gravação, pedindo dinheiro! Michel Temer! Olhem o que virou o Brasil! A maioria dos ministros e dos secretários de primeiro escalão amigos de Temer foram todos delatados ou são réus em processos. Olhem o que virou o Brasil! E muita gente comprou o produto de que o problema deste país era o PT. O trabalhador, não; o mais pobre; não; porque as pesquisas mostram que eles ainda são leais e confiam no que fizemos. É por isso que o Lula lidera em todos os cenários. Vejam que um preso lidera a corrida presidencial, derrota todos os candidatos, porque o brasileiro sabe que é um preso político, que não é um criminoso como os demais que estão hoje governando o nosso Brasil com esse grande acordo nacional e tudo. O brasileiro sabe. Por isso, temos de ter orgulho do povo trabalhador brasileiro, que, mesmo com a tática, com o consórcio da imprensa e com tudo o que estamos vivendo, fica firme do lado certo da história.

Meus amigos, vou dizer a vocês de novo: temos orgulho de colocar nosso nome ali: Cristiano Lula Silveira.

Temos orgulho pelo legado, pela obra, pela história e por tudo o que está sofrendo o ex-presidente que mais fez por este país. As pesquisas também mostram quando você pergunta quem foi o melhor presidente da história do Brasil: ninguém tem dúvida em dizer que foi o Luiz Inácio Lula da Silva. Aqueles que nos criticam por colocar o nosso nome, por favor, coloquem Anastasia, coloquem Aécio Neves. Queremos ver vocês colocarem Aécio Neves, queremos ver vocês o defenderem.

Por falar em Anastasia, há os apaixonados por ele.

Presidente, gostaria de não ser interrompido. Não concedi aparte ao nobre deputado. Já que ele é um regimentalista, deveria respeitar a fala dos colegas.

Por falar no nobre deputado, ele é um apoiador de Antonio Anastasia, que é o denego do Aécio Neves, da turma do Aécio. Então, o deputado que é um grande moralista e fala aqui do PT poderia colocar no painel também Aécio Neves. Poderia, presidente, explicar aqui por que o senador Anastasia foi autor do golpe. Você, brasileiro, que está desempregado, que está pagando caro pela gasolina, que está vendo essa bandalheira toda, saiba que há um componente, um dedo, a participação do senador Anastasia no processo, porque ele foi o relator do golpe. O tiro de misericórdia na ex-presidenta Dilma veio do senador Anastasia e contra o parecer dos técnicos do Senado. Parece-me, se eu não estiver enganado, que o parecer deles era de que não havia crime de responsabilidade, mas, mesmo assim, prevaleceu o julgamento político. Então, ele tem, sim, responsabilidade por todo o caos que estamos vivendo, participou do consórcio, foi depositário da crise pela qual o Brasil passa. Ele vai ter de explicar isso para o povo.

É bom que a eleição esteja vindo aí. É bom, porque ele vai ter de explicar como deixou o Estado de Minas quebrado. Vejo o deputado falando aqui de problemas na polícia, na segurança. Há problemas mesmo. O governo Pimentel ainda insiste, conseguiu convocar policiais militares e civis e entregar viaturas. Os índices de violência em Minas foram reduzidos, e isso foi constatado, mesmo numa crise jamais vista, deixada pelo Sr. Anastasia e seus parceiros. Todos vão ter de explicar isso. Vai ter de explicar, Aécio, a crise que deixou em Minas Gerais. O relator do golpe também vai ter de dar explicações. Ele não precisava disso, pois é um homem muito respeitado, mas o fato de ter participado do golpe vai, de alguma maneira, rabiscar a sua biografia, infelizmente. É um homem honrado. Pelo menos ele fica em Minas, ao contrário de uns que ficam no Rio de Janeiro.

Então, amigos, deputado Paulo Guedes, para concluir a minha fala, quero dizer que temos orgulho. Você, que vem do Norte de Minas, que conheço muito bem, enfim, nós sabemos o que aquele povo sofre, conhecemos as dificuldades da região. Sabemos o que significou o Luz para Todos naquela região. Sabemos o significado das políticas de enfrentamento da seca na região. Sabemos o que foi o Bolsa Família, o Pronaf, e o que é a regularização fundiária. Nós sabemos de tudo isso. O povo do Norte sabe, bem como o povo do Sul, enfim, o povo brasileiro sabe.

Então, Sr. Presidente, não é só o nome. Faremos audiências públicas e manifestações. Vamos ocupar esta tribuna. Faremos resistência até a Justiça fazer o que tem de ser feito. Ainda temos um sopro de esperança de que o Supremo corrija a falha e o crime que o presidente Lula sofreu. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Paulo Guedes* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero saudar de forma muito especial, como sempre faço aqui desta tribuna, todos os mineiros e mineiras que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais.

Presidente Dalmo Ribeiro, é com muita alegria e satisfação que subo a esta tribuna sendo anunciado, pela primeira vez, como Paulo Lula Guedes. Fico ainda mais alegre ao saber que todos os colegas da nossa bancada do PT também colocaram “Lula” no seu nome aqui no painel. Esse mesmo gesto se repete no País inteiro, no Senado, na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas de todos os estados, nas câmaras municipais, principalmente, Doutor Jean, no coração do povo.

Deputado Rogério Correia, é inaceitável o que estão fazendo com o Presidente Lula.

Os que tramaram essa farsa, que planejaram esse golpe, que não aceitaram a derrota nas urnas são perdedores, perdedores covardes, perdedores que não aceitam o resultado das eleições. São perdedores que estão hoje, deputado Rogério Correia, sem condições de sair às ruas. Nós não. Deputado Doutor Jean Freire, você sabe, é do Jequitinhonha. Podemos ir a qualquer lugar, participar de qualquer ato público, fazer a defesa do Lula em qualquer canto desse país e somos bem recebidos. Agora os que tramaram o golpe contra a presidenta Dilma, deputado André Quintão, e que tramaram um processo judicial contra o Lula, um processo injusto, um processo sem nenhuma prova, um processo político, de clara perseguição política, denunciado mundialmente... Ontem até o Prêmio Nobel da Paz já se pronunciou dizendo que vai vir ao Brasil para ver se o Moro o autoriza a visitar o Lula.

A prisão do Lula e os fatos políticos pós-golpe vêm deixando bem claro, de forma muito clara, passo a passo, o que a elite brasileira pensa do povo brasileiro. Essa elite deveria mudar de País, já que não suporta conviver com os mais pobres. Essa elite, que não suporta dividir espaço, essa elite que não aceita que filho de empregada doméstica, de trabalhador rural e de pedreiro possa frequentar uma universidade, essa mesma elite, que não aceita que os aeroportos sejam divididos com os mais pobres, essa elite que não aceita a transformação social que foram os governos Lula e Dilma para o Brasil. É isso que eles não aceitam: dividir o espaço. É isso que eles não aceitam: pobre em ascensão, negros na universidade, índios na universidade. É isso que a elite não aceita. E é por isso que essa elite, que se uniu após a quarta vitória que tivemos nas urnas – duas com Lula e duas com a Dilma... Foram quatro derrotas seguidas. Isso foi dose demais para a elite brasileira. Tiveram de providenciar o golpe. E para fazer parte do golpe, precisavam tramar uma história, precisavam inventar operações, precisavam arrumar culpados.

Mas, deputado Rogério Correia, sabe o que mais me alegra? É que os principais agentes dessa trama não podem sequer andar nas ruas hoje. Os deputados da oposição desta Casa têm vergonha de citar o nome do candidato derrotado, mas antes, deputado Sargento Rodrigues, falavam que era o mais querido. Esperava também o contraponto. Queria um contraponto dos deputados da oposição. Achei, Rogério, que íamos chegar hoje ao Plenário e íamos ver alguns nomes mudados, tipo assim: Sargento Aécio Rodrigues, João Aécio Leite e assim por diante. Mas eles têm vergonha do líder político que representam. Mas nós não temos motivo nenhum para ter vergonha do Lula. O Lula é a expressão da força, da transformação desse país. O Lula é um exemplo para todos nós: de retirante da seca, de pessoa que veio de baixo, passou fome, passou necessidades, sabe a dificuldade de quem vive em uma

comunidade rural e, quando se tornou presidente, teve a coragem de fazer as mudanças e as transformações que esse país precisava e precisa.

Foi por isso que ele teve a coragem, Doutor Jean, de criar o Luz para Todos e tirar 12 milhões de famílias que viviam na escuridão, com o candeeiro. Foi por isso que ele teve a coragem de criar o Bolsa Família e tirar 40 milhões de pessoas da pobreza extrema neste país, acabando com a fome. Além disso, esse programa virou referência mundial; hoje está sendo citado no mundo inteiro. Foi por isso que o Lula teve a coragem de criar programas importantes como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – e o Minha Casa Minha Vida, que permitiu que mais de seis milhões de famílias brasileiras tivessem acesso à moradia digna. Só na minha cidade de Montes Claros, onde moro, hoje nós temos mais de oito mil unidades do Minha Casa Minha Vida inauguradas. Todas nos governos Dilma e Lula. Doutor Jean, ficaremos a tarde inteira aqui se eu for falar de todos os programas, como do ProUni, do Fies e do Pronaf, que é uma revolução no campo, assim como de tantos outros programas que mudaram a vida do nosso povo. Além disso, houve a recuperação do salário mínimo, que, no governo de Fernando Henrique, quando os tucanos administravam, não chegava a US\$70,00. No governo Lula, o salário mínimo chegou a valer mais de US\$300,00. Os aposentados e os assalariados sabem o que é isso.

Por isso o povo não admite nem aceita essa prisão ilegal, porque os verdadeiros bandidos estão soltos. Só hoje o Supremo votará se aceita ou não Aécio como réu, aquele mesmo que recebeu malas de dinheiro. Não foi alguém que falou, que delatou, mas há provas cabais; foi filmado e ainda dizendo que o primo é quem pegaria o dinheiro, porque, sendo o primo, se precisasse, mandaria matar antes de ele delatar. Foi com essas palavras que o Brasil ficou sabendo quem era o verdadeiro Aécio Neves, que está no Senado, não preso, mas solto. Aliás, continuará solto porque, mesmo se receber a denúncia, demorará anos para julgá-lo.

Aí, o povo pergunta, Doutor Jean, com toda razão: “Por que o processo do Lula, em seis meses, foi julgado e ele foi preso sem uma única prova?”. Um bandido, que foi preso, para diminuir a pena, delata o presidente Lula. E a Justiça, numa forma tão rápida nunca vista na história do País, julga, condena e manda prender. Mas sempre foi assim. Não é de hoje que sabemos que a Justiça no Brasil é muito acelerada para prender os mais pobres e o ladrão de galinha, mas bastante lenta para quem pode pagar milhões a advogados. Como disse o próprio Aécio, os R\$2.000.000,00 que recebeu do Joesley eram para pagar um advogado. Que advogado caro é esse! R\$2.000.000,00! É um absurdo completo.

Daqui a pouco. Já estou no final. Concederei um aparte a V. Exa. assim que eu terminar meu raciocínio.

Queria deixar de forma bem clara, deputados e deputadas, que o que estão fazendo com o Lula estão fazendo contra o povo brasileiro.

Lembro-me, Doutor Jean, de que, depois do golpe que já dura dois anos, Minas Gerais voltou a viver a pão e água quando se fala de recursos federais. Nos governos Lula e Dilma, em todos os programas federais, Minas era o primeiro Estado a ser contemplado. Falo isso porque fui secretário da Sedonor – o deputado Gil Pereira também o foi antes de mim, no governo Dilma –, e sei que só para o programa Leite pela Vida eram R\$110.000.000,00 por ano, sem falar nos programas de cisternas, de água, de poços artesianos, Brasil Alfabetizado e tantos outros. Estou falando apenas de uma secretaria, mas, se você verificar todas as secretarias, verá que Minas tinha recursos para todas elas. Depois do golpe, Minas não tem sequer representação política.

É assim que os paulistas fazem com Minas Gerais, e ainda encontram aqui capachos, capachos do tipo de Aécio e Anastasia, que fizeram um serviço sujo. Fizeram o serviço sujo de inventar um crime para a Dilma, um crime que ela nunca cometeu, as famosas pedaladas fiscais, que hoje eles têm até vergonha de pronunciar. Então, eu queria ver, quero que esse Anastasia venha se candidatar em Minas, quero topá-lo de frente, quero vê-lo frente a frente com Dilma para que diga por que cassou uma presidente inocente, com um parecer fajuto, para colocar um bandido na presidência da República. Explique, Anastasia! Explique isso ao povo de Minas Gerais. Explique! Queria essa explicação.

Até achei que os deputados aecistas, já que estão com vergonha do Aécio, estão correndo dele, não o aceitam na convenção – o partido dele está correndo dele como o diabo corre da cruz –, aqui na Casa, fossem homenagear pelo menos o Anastasia. Mas eles estão com vergonha também do Anastasia, deputado André, porque, quando olham para o Anastasia, veem a cara do Aécio, veem a alma do Aécio, veem o DNA do Aécio. Não dá para separar; Aécio e Anastasia são carne e unha. Carne e unha, é isso que os dois são. Quebraram Minas Gerais, endividaram este estado até o pescoço. É bom mesmo que ele volte para disputar as eleições, porque, na disputa, vamos denunciar passo a passo a destruição, a farsa que eles montaram quando diziam ao Brasil inteiro que Minas era exemplo, que aqui havia um tal choque de gestão, o choque que quebrou Minas Gerais, que moeu o nosso estado e que hoje deixa todos os servidores na situação em que estão. Por isso, estamos prontos, Anastasia, para recebê-lo na campanha e nos debates. Venha quente, porque estamos fervendo.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* – Presidente, deputado Dalmo, mais uma vez venho reforçar a campanha dos movimentos sociais do povo brasileiro “Lula livre”. E o faço no dia em que o golpe completa dois anos. Foi exatamente em 17/4/2016, há dois anos, que eles retiraram a Dilma por *impeachment* na Câmara Federal. Eles autorizaram a abertura do processo do *impeachment*. Foi naquele dia que chamo de dia de terror. Fizeram isso num domingo, chefiados por Eduardo Cunha. É bom lembrar que foi Eduardo Cunha quem comandou o *impeachment*. Em nome da moralidade, Eduardo Cunha foi captando cada um dos votos. Iam lá e diziam: “Em nome do pai, sim; em nome da mãe, sim; em nome de Deus, sim”.

E cada um ia fazendo aquela palhaçada. Uma pessoa falou: “Sim, sim, sim, pelo meu marido”. E na segunda-feira o marido foi preso lá em Montes Claros, por corrupção. Virou o símbolo do “sim”. Tiraram uma mulher honesta e colocaram no seu lugar uma quadrilha, que comanda o Brasil hoje através do presidente Temer. Todos sabem que se trata de uma quadrilha, que inclusive tem um gato angorá, que do Rio de Janeiro vai comandar a privatização da Eletrobras. Estão metendo a mão na Petrobras, e assim vai a nave do governo Temer, sob o comando de uma quadrilha. Tiraram de lá, repito, uma presidenta honesta, que foi a Dilma Roussef. Isso ocorreu exatamente há dois anos. Hoje se completam dois anos daquele horror. A cara de pau dos deputados, que, fingindo-se honestos e tementes a Deus, proclamavam: “Por Deus, pela propriedade, por meus netos...”. Foi uma baixaria, um *show* de horrores no domingo. Vocês se lembram disso. No dia seguinte o Brasil estava de ressaca devido a tantos horrores, não foi Doutor Wilson Batista? Eu me lembro do Nércio Rodrigues, que fez a mesma coisa: “Por Deus, por meu pai...”. Depois o pai dele foi para a cadeia. E assim foram vários; foi um *show* de horrores. Pois bem, tiraram uma presidenta honesta naquele dia.

Ontem o Movimento dos Trabalhadores sem Teto – MTST – fez algo que nenhum jornalista pensou em fazer durante esse processo, que foi visitar o tal triplex para saber o que ele era de fato e se as acusações contra o presidente Lula tinham algum valor. O MTST fez um ato – aliás alguns deputados querem colocar esse movimento na clandestinidade, ou seja, o povo não pode se organizar –, ocupou esse triplex e desmontou a última das três farsas. A primeira é: não existe nada que ligue o Lula à Petrobras e ao apartamento. O próprio Moro confessou isso, disse que, na sua peça, realmente não poderia ligar os fatos acontecidos ao apartamento do Guarujá e à Petrobras. E se ele não podia fazer isso, também não podia ser o juiz a investigar o Lula. O próprio Moro continua a fazer as investigações do triplex, que nada tem a ver com a Petrobras. Essa foi a primeira farsa já desmontada há muito tempo. A segunda foi desmontada ontem pelo MTST: o apartamento não é do Lula, não há nada assinado. Eles o ocuparam e disseram que só sairiam de lá no dia em que o Lula os mandasse sair, e que se isso não acontecesse, o apartamento era dele mesmo. E se é do Lula, para que saírem de lá? Não deu outra. Eles ocuparam o apartamento e imediatamente a OAS e a polícia mandaram-nos sair, senão os prenderiam. O pessoal perguntou: “Mas o apartamento não é do Lula?”. A resposta foi: “Não é bem do Lula. Ele é atribuído ao Lula”. Agora arrumaram outra figura de propriedade: apartamento atribuído ao Lula. Imaginem quem tem apartamento ou casa aqui em Belo Horizonte, deputados e deputadas! Já viram isso? Apartamento atribuído ao Doutor Jean Lula Freire; ao Dr. Rogério Lula Correia; ao Dr. Dalmo Ribeiro! Apartamento não é atribuído! É ou não é de alguém. Agora todos falam que ele é atribuído ao Lula. Como pode?

Mas como é apenas atribuição, tiraram de lá aqueles que faziam a ocupação. Desmoronou-se a farsa de que o apartamento é do Lula. A última das farsas pegou o Moro na mentira. Pessoal, quem não viu o vídeo do triplex, que está aí na TV Assembleia? Você assistiu, André Quintão? Que coisa, não é? Eu escutei o que o Moro disse a respeito do triplex e como o considerava propina. (– Aproxima o celular do microfone.) Ele disse o seguinte: “Estima o Ministério Público Federal os valores de vantagem indevida de cerca de R\$2.424.000,00, assim discriminada: R\$1.147.000,00, correspondente à diferença entre o valor pago e o preço do apartamento” – como se não houvesse inflação, não houvesse nada – “e R\$1.277.000,00 em benefícios e na aquisição de bens para o apartamento”. 381, da peça do Moro.

“Os custos da reforma atingiram R\$1.104.702,00”. E o Moro disse – prestem atenção, eleitores de Minas Gerais, povo de Minas Gerais: “Incluíram a instalação de elevador privativo no apartamento”. Sentença do Moro, relatório, página 69.

Ontem, o MTST filmou todo o apartamento. Moro, não tem elevador privativo no apartamento! Como você explica essa sua farsa de ter mandado prender um inocente porque foi beneficiado com um elevador privativo que não foi construído no triplex? O Moro mentiu na peça. É gravíssimo. Além disso, ele disse que um milhão, cento e tantos seriam também uma outra reforma, além do elevador privativo, que tinha uma piscina. Vocês viram o filme, a filmagem do MTST? Não tem piscina. Aquilo é uma banheira. Aposto que vários deputados têm uma piscina muito maior que aquela, que chamam de piscina, porque aquilo é uma banheira. Assista ao filme, você que é nosso telespectador da TV Assembleia. Acessem o YouTube e assistam ao filme. Armários, não havia armários. Os armários são uma porcaria, aliás, o arquiteto é que deveria estar preso por apresentar um apartamento vagabundo daquele. Olhem que falta de noção desse juiz Moro. Disse também de uma churrasqueira. Vocês viram a churrasqueira que foi filmada? Doutor Jean, parece aquela churrasqueira que o peão faz na porta da fábrica, com alguns tijolos, para assar uma carninha. Portanto, absolutamente nada do que o Moro falou tinha lá, e não teve um jornalista para entrar nisso. E o juiz Moro não mandou ninguém comprovar aquilo que a OAS falava de mentira, e o ex-presidente Lula está preso. Ele está preso por ser um preso político. É um homem inocente, um preso político que está preso para não se candidatar, porque as elites dominantes e os poderosos não querem deixar o ex-presidente Lula se candidatar.

Agora, eu chamo a atenção dos deputados e das deputadas, porque o que está acontecendo é muito grave. Um juiz de primeira instância pode hoje, no Brasil, fazer o que quer. O que quer e contra quem quiser. Primeiro, estão fazendo contra petistas. Sempre fizeram contra pobres, contra pretos, negros. Agora, estão acuando petistas, mas podem ter certeza de que o arbítrio não fica só de um lado. O arbítrio vai para outro lado. O arbítrio arruma os seus adversários e se justifica. Eu já contei aqui a história de Carlos Lacerda, que era o pior inimigo que o Jango tinha. O Carlos Lacerda, na ditadura militar, teve de ir atrás do Jango para pedir que unissem forças contra o arbítrio da ditadura militar. O Carlos Lacerda era da UDN e foi um dos apoiadores do golpe.

Olha, o deputado Gilmar Machado foi deputado desta Casa por vários anos, por vários mandatos, foi deputado em Brasília e prefeito em Uberlândia. Há contra ele uma ação que se refere a um plano de previdência, que está sendo analisada há anos, já teve, inclusive, CPIs na câmara municipal. Ele está respondendo por isso. De repente, um juiz federal dá cinco dias de cadeia para o Gilmar Machado. Estranhamente, ele estava à frente na pesquisa. O Gilmar Machado não tinha condições de estragar prova, porque não é prefeito mais e nem entra na prefeitura. Gilmar Machado está em sala de aula, dando aulas. Por que ele foi preso por cinco dias? Para investigar o quê? Ele não ia desmanchar prova? O Gilmar Machado ia fugir? Não há elemento nenhum de que ele iria fugir. E o juiz agora deu mais cinco dias, Rodrigues. Então ele permanecerá preso por esse tempo. E, se o juiz cismar, dá nele uma preventiva que vale o resto da vida ou até quando o juiz quiser, porque não vale mais 180 dias. E o Gilmar Machado, que, por um acaso, estava à frente na pesquisa de deputado federal em Uberlândia, está lá preso por mais cinco dias. Não estou dizendo se o Gilmar é inocente ou não, mas a Justiça ainda não culpou o Gilmar. Aliás, creio que seja inocente, pelo que conheço do Gilmar Machado, companheiro nosso aqui, professor, pessoa íntegra, ex-deputado desta Casa. Duvido que tenha feito alguma coisa de errado em relação à corrupção, mas o método está completamente errado, assim como está errado o método do Lula.

O Moro não pode dizer que tem um elevador privativo, e agora não ter mais o elevador privativo, pelo qual condenou o Lula. Isso vai valer, pessoal? O juiz de primeira instância cisma com qualquer um de nós, não gosta da gente, coloca uma sanção, fica por isso mesmo, dá preventiva, dá isso, dá aquilo? Está errado. Está errado. A democracia está sendo ferida de morte, e não fica apenas nesse caso do ex-presidente Lula.

Isso vai à frente, podem saber. E mais: é preciso que se diga que ultimamente tudo se faz de forma seletiva. Ora, o Alckmin deveria agora ser investigado pela Lava Jato em São Paulo, mas, depois de decretada a prisão de Lula, o Tribunal de Justiça aliviou para o Alckmin e o mandou para o Tribunal Regional Eleitoral, dizendo que o seu caso era apenas de caixa dois, embora pesem sobre ele denúncias de contas no exterior e outras denúncias gravíssimas. Então, por que ele não vai ser investigado na Lava Jato? Porque é tucano, e tucano graúdo, porque os tucanos fracos também vão cair na rede, como aconteceu com Aécio Neves, que já se enfraqueceu e provavelmente virará réu hoje. Vai demorar muito até que seja preso, mas, como todos sabemos, contra ele existe gravação, o dinheiro da mala que o primo dele trouxe para Minas Gerais – primo que ele mandou matar, se fosse necessário –, ou seja, contra ele há provas concretas. Mas o que estamos solicitando é que ele vire réu e sua situação seja analisada para vermos se há provas. A Justiça não pode funcionar como está funcionando, o que é um verdadeiro absurdo. O próprio Aécio Neves deve se perguntar: “Mas e o Alckmin? Por que ele não está sendo investigado na Lava Jato? Só porque ele agora é o forte do PSDB? Vão me entregar aos leões só porque fiquei fraquinho?”. O Aécio deve estar se perguntando isso. Aliás, até passou mal outro dia; teve um ataque, passou mal e foi para o Mater Dei, aliás, para um hospital em Brasília. Mas passou mal, porque também deve estar se sentindo injustiçado e, de certa forma, ele tem razão, porque com o Alckmin não aconteceu absolutamente nada – virou caso do Tribunal Regional Eleitoral. Um verdadeiro absurdo.

Então, ontem, o MTST tirou completamente a máscara do Moro, que agora tem que provar onde está o elevador privativo que, embora tenha sido citado em sua sentença, não existe. Ou podemos julgar por ouvir dizer? Um juiz pode julgar por ouvir dizer? “Ah, a OAS disse que fez isso e aquilo, e eu estou condenando fulano de tal.” Ora, o Moro virou um carcereiro da pior qualidade. Aquilo não pode ser chamado de juiz. Aquilo é um perseguidor do presidente mais popular da história do Brasil, o presidente que fez o ProUni, o Reuni, o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, que colocou negros e pobres na universidade, que fez o Pronaf, o Luz para Todos, etc. O Lula fez tanta coisa boa no Brasil! Dividiu renda, aumentou o salário mínimo, fez o Piso Nacional do Magistério. Enfim, se eu fosse ficar falando aqui tudo o que fez o Lula, a gente iria cansar e eu ficaria até rouco de tanto falar o que ele fez de bom para este país.

Agora, vemos o Brasil sendo entregue ao grande capital financeiro, a Petrobras indo para o buraco, com o pré-sal, e até a água se perdendo, já que o Tasso Jereissati, do PSDB, está com um projeto de lei criando o mercado das águas. A água vai virar mercadoria nas mãos do governo Temer, em parceria com Tasso Jereissati e o PSDB. A água passará a ser comércio, como é o minério, que é explorado por empresas após se fazerem as licitações. Farão a mesma coisa em relação à água. No próprio projeto de Tasso Jereissati, já estão querendo dividir a Bacia do São Francisco. Então, uma empresa vai comprar o São Francisco e dizer que ele é seu; aí, vai irrigar ou fazer o que quiser. Quer dizer, estão privatizando as águas no Brasil.

Presidente, o que de fato está acontecendo no Brasil é um descalabro, e, ontem, o Moro, com a ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto se desmascarou. Se tivéssemos no Brasil uma justiça real, o Moro teria que ser investigado agora pelo Conselho Nacional de Justiça, por mentir, e certamente receberia uma penalidade muito grande: no mínimo, seria afastado do juízo. É o que o Brasil mereceria para retomar o caminho democrático. Mas, insisto, tudo isso não fica neste caso único. Quando o árbitro se inicia, ele vai em frente. A gente corre o risco até de não termos eleições no Brasil, porque, infelizmente, o passo que se caminha é em direção ao aumento do arbítrio.

São essas as palavras que queria dizer. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 16/4/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Catarina Lima Lopes, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Frederico Henriques Figueiredo Coura Ferreira, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.